

Apresentação

Educação para a Cidadania: formação para construir a gestão democrática da escola

Silvia A. S. Carvalho¹

A ideia de oferecer um curso que tratasse da temática da Educação para a Cidadania surgiu quando a Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo assumiu, em 2012, em seu Projeto Pedagógico, a intenção de capacitar e formar agentes políticos e comunitários para a Cidadania. Por entender a importância do espaço escolar como espaço privilegiado de formação do cidadão participativo bem como a relevância dos educadores na promoção de exercícios significativos de participação, a Escola do Parlamento convidou, em 2013, a Secretaria Municipal de Educação para compor uma parceria que deveria somar esforços e oferecer a todos os educadores da rede municipal de ensino de São Paulo um processo de formação que dialogasse em torno dos desafios da formação para a participação cidadã.

Iniciamos então uma reflexão com os educadores da Secretaria de Educação para identificar como a formação deveria ser constituída, quais temas e subtemas seriam necessários e importantes para o processo de formação. O universo de considerações feitas a respeito do papel da escola na formação para a cidadania apresentou o quão era importante entender os contornos do que é ser cidadão, hoje, em nosso país e a preocupação de como as escolas e os educadores estão encaminhando uma formação cidadã destacou-se nesse processo reflexivo.

Contudo, a importância de dar atenção ao papel da gestão escolar na promoção de processos coletivos de tomada de decisão também foi destacada. As relações de poder na escola foram indicadas pelos educadores como um ponto a ser discutido e a necessidade de identificar possibilidades e espaços para exercer processos democráticos na escola também foi abordada como necessária.

1 Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e Coordenadora do Curso “Educação e Cidadania” pela Escola do Parlamento.

Assim, para atender às questões apresentadas, nos esforçamos para que as aulas abarcassem o conteúdo sugerido. Organizamos, então, uma grade de 24 horas/aula, oferecidas aos gestores educacionais, inicialmente, e depois aos educadores que tivessem interesse na pauta. O curso foi oferecido nas treze Diretorias Regionais de Educação, durante os anos de 2014 e 2015, e foi composto dos seguintes subtemas:

1. O que é ser cidadão, hoje em nosso país?
2. Educação para a Cidadania: estamos preparando nossas crianças para serem cidadãos?
3. A gestão escolar e a participação nos processos de tomada de decisão: relações de poder na escola
4. O Conselho de Escola, a Associação de Pais e Mestres e o Grêmio Estudantil como espaços de exercícios de cidadania participativa
5. Processos Interdisciplinares e temas transversais em atividades que possibilitem à criança e ao jovem exercícios de participação
6. Exercícios de Cidadania Participativa e Poder Legislativo de nossa cidade

Convidamos professores com conhecimentos acadêmicos desenvolvidos nos assuntos e que também escreveram o conteúdo de suas aulas a fim de registrar os conhecimentos proferidos e dialogados, em forma de artigos, para o possível estudo e aprofundamento da questão pelos educadores da rede de ensino. Eles são apresentados nesta publicação da Revista Parlamento e Sociedade com o objetivo de socializar pauta tão importante para a Gestão Democrática da Escola Pública.

Com as contribuições de Maria Victória de Mesquita Benevides, feitas em “Cidadania Ativa e Democracia no Brasil” temos apontado, primeiramente, a importância de sistematizar os conceitos principais de democracia e de cidadania em tempos tão conturbados como os que estamos vivendo no Brasil, atualmente. Esta sistematização ganha relevância a partir da constatação de que “(...) um processo de intolerância e ódio decorrentes de posições político-partidárias extremadas (...) comprometem a cidadania democrática e o Estado de Direito.”

Benevides reafirma que a democracia não é apenas um regime político e uma forma de governo, mas um modo de vida. Cita o artigo XXI da Declaração Universal dos Direitos Humanos bem como a Declaração de Viena, de 1993, a partir das quais é possível verificar “(...) a relação fundamental existente entre democracia, direitos humanos e participação dos cidadãos na esfera pública.” Como expressão concreta da atuação da sociedade civil organizada, práticas como as de Referendo, Plebiscito,

Iniciativa Popular para projeto de lei, Conselhos de Gestão e fiscalização de políticas públicas são apontadas pela autora como a Cidadania Ativa em movimento.

Benevides nos chama a atenção para a combinação existente entre direitos humanos e direitos do cidadão presente em nossa Constituição Federal de 1988 e resultado de lutas sociais históricas, não obstante ainda enfrentarmos no Brasil a existência de desigualdades econômicas, políticas, culturais, de racismo e violência policial dirigida sobretudo aos pobres. Segundo a autora, a indissociabilidade da democracia política e da democracia social subverte o conceito tradicional “(...) que restringe a democracia à existência de direitos e liberdades públicas individuais e eleições periódicas (...)” ainda que sejam indispensáveis.

Adverte, entretanto, que direitos humanos e direitos do cidadão não são sinônimos. Conforme a autora, os direitos dos cidadãos podem coincidir com os direitos humanos, estes por sua vez, mais amplos e abrangentes. A igualdade perante a lei, de participação política, de condições sociais e econômicas garantem a dignidade humana.

Benevides ainda distingue a cidadania passiva da cidadania ativa e afirma que a expansão da cidadania está determinada por uma ação efetiva dos poderes públicos e da pressão popular. Pressupõe uma mudança cultural de valores historicamente constituídos.

E para aprofundar, mas sem esgotar a discussão, a concepção e práticas da cidadania, entendendo-as como construção histórica que nasce com o século XX, podem ser observadas nas contribuições de Aldaiza Sposati e de Alex Toledo, quando apresentam em “São Paulo: contornos da educação para a cidadania em uma metrópole” três dimensões de cidadania que são consideradas numa cidade como São Paulo. Nas palavras dos autores: a cidadania é uma construção da sociedade capitalista e nela é “(...) uma condição e uma categoria de análise em contínua encruzilhada uma vez que se fundamenta na igualdade de acesso a todos que vivem em um mesmo território (...) mas se confronta com a desigualdade estruturante do capital (...)”; exige reconhecimento do Estado, dos três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário, marcadamente pela presença e/ou ausência dos serviços sociais públicos e que concretizam os direitos sociais.

Os autores ainda apresentam algumas implicações da concepção e prática da cidadania junto aos serviços sociais públicos bem como o conceito de cidadania foi construído historicamente.

Evidentemente, a partir das contribuições de Benevides, Sposati e Toledo, a educação política a partir de vivências concretas de participação direta do povo são instrumentos de uma verdadeira escola de cidadania e não há dúvida de que a

escola pode e deve estar preparada para realizar exercícios de participação popular. Desde a infância até o envolvimento da comunidade do entorno, a escola é um verdadeiro fórum privilegiado de formação para a participação, de formação para a cidadania ativa.

Mas como a escola está cumprindo esse papel? Em “Educação para a Cidadania: estamos preparando nossas crianças e jovens para serem cidadãos?” Eliseu Muniz dos Santos apresenta os desafios na preparação de nossas crianças e jovens para a vida cidadã. Sua reflexão aborda como a cidadania se constitui na história; o que é cidadania na atualidade e na perspectiva dos direitos humanos; e qual é o papel da escola e dos educadores na preparação de crianças e jovens para o pleno exercício da cidadania.

Partindo de referenciais freirianos, Santos indica a importância de reconhecermos nossa capacidade, a necessidade de conhecer nosso passado, nosso presente e o que desejamos para o futuro. É nesta busca, que os sonhos são construídos. Concomitantemente, considera a importância de compreender a vida numa perspectiva histórica, “(...) despida das certezas e das verdades que petrificam nossos sentidos e obliteram nossa visão.”

Para o autor a construção do conhecimento é coletiva porque, como comunidade humana, nosso aprendizado é coletivo e “mediatizado pelo mundo”. Santos, referenciando-se em Paulo Freire, indica que “(...) a leitura do mundo que precede a leitura da palavra (...)” é o ponto de partida e de chegada porque o processo de construção de conhecimento deve ter por parâmetro a realidade.

Considerando a necessidade de que a escola deve empreender os esforços necessários para garantir que os alunos desenvolvam os atributos para ingressarem na vida social, bem como as condições para se tornarem governo, o autor indica que a escola deve se “(...) constituir como espaço de reconstrução dos saberes da humanidade e de aprendizagem e vivência da cidadania”. Assim sendo a escola poderá contribuir, indispensavelmente, para a transformação social.

Mas o trabalho desenvolvido na escola, entendida como *espaço de aprendizagem* e reconstrução de saberes, nas palavras do autor, deverá ter como princípio o entendimento de que “(...) a aprendizagem se constrói em comunhão”; é possível a renovação do currículo; a experiência de vida é referência. E uma escola orientada para vivência da cidadania é um espaço privilegiado de participação, de protagonismo, de cidadania planetária com compromisso ético.

Nessa escola, os gestores, comprometidos com uma gestão democrática, devem desenvolver a liderança pedagógica, organizacional e relacional. Nas palavras

no autor, quando essas questões discutidas forem vivenciadas nas escolas estaremos de fato contribuindo para educarmos nossas crianças e jovens para a cidadania.

É o que veremos em “Gestão Democrática não é falácia, é prática social” de Lisete Regina Gomes Arelaro.

Com destaque para a Constituição Federal de 1988, Arelaro, a partir do Parágrafo Único do Artigo 1º “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”, apresenta a questão: “Por que este fundamento, razão de ser da democracia, é difícil de ser praticado?” A autora remete-se ao governo autoritário no Brasil instaurado a partir de 1964 e aponta que o mesmo formou gerações, durante 21 anos, “(...) dentro da concepção de que alguns, e ou pequenos grupos, são sempre melhores e mais competentes que o grande grupo, a maioria, o povo.”

Destaca ainda, o Artigo 3º da Constituição Federal de 1988, reafirmando que a construção de uma sociedade livre, justa e solidária só será possível com a implementação da gestão democrática.

Mas, conforme a autora, a gestão democrática é uma prática controversa em nosso país e o desafio de realizá-la permanece. No que se refere à gestão democrática na educação, Arelaro aponta três critérios, razoavelmente consensuais, que precisam ser considerados nas avaliações das políticas educacionais: a democratização do acesso, a qualidade do atendimento, a gestão democrática.

No que se refere à democratização do acesso, a autora apresenta dados do Censo Populacional de 2010 para mostrar que não conseguimos atender todos os brasileiros na Educação Infantil. No Ensino Fundamental ainda temos milhões de analfabetos bem como milhões que não terminaram esta etapa da escolaridade. Não é diferente no Ensino Médio. No Ensino Superior, apenas 25% das vagas são preenchidas por alunos oriundos do ensino público e apenas 17% dos jovens estão matriculados nesta etapa da escolaridade.

Arelaro também apresenta as condições pedagógicas necessárias para que tenhamos a Qualidade do Ensino e denuncia como o modo de medir essa qualidade, pelo IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, não é suficiente para que a qualidade seja promovida.

No que se refere à Gestão Democrática, condição que nas palavras da autora “viabiliza a Qualidade Social da Educação”, a relação entre professor e aluno será o ponto de partida para a sua implementação. Baseada em Paulo Freire, Arelaro defende o método dialógico de construção do Projeto Político Pedagógico nos Conselhos Escolares, bem como o direito dos professores de estabelecer o processo de avaliação pedagógica. Defende ainda a participação direta dos alunos na

construção das Normas Escolares, a criação do Grêmio Estudantil e que um Pai ou Mãe seja Presidente do Conselho de Escola.

Nessa mesma perspectiva, Magali Aparecida Silvestre em “A gestão escolar e a participação nos processos de tomada de decisão: relações de poder na escola” indica que a consolidação de espaços democráticos de participação para a tomada de decisão é condição fundamental para o alcance da qualidade da escola pública. A autora problematiza o papel da escola pública caracterizando-a “(...) como um lugar em que é possível desenvolver espaços democráticos para a tomada de decisões coletivas”, identifica aspectos da gestão participativa e sua relação com a construção do Projeto Político Pedagógico da escola, além de defender que a formação de cidadãos participativos passa pelo desenvolvimento da autonomia dos mesmos.

Considerando a necessidade de compreender a realidade em sua contradição, a autora indica que as relações travadas entre os sujeitos no espaço escolar são, em proporção menor, a reprodução das relações de poder travadas no espaço social.

Assim sendo, Silvestre entende que o espaço escolar pode ser um espaço de formação de cidadãos participativos porque os sujeitos envolvidos, especialmente os gestores e os professores, podem “(...) atuar para que diferentes relações sociais e de poder sejam cultivadas (...)” e que, nesse processo, seja desenvolvido a autonomia dos sujeitos envolvidos e, por consequência, da escola.

Indubitavelmente, um espaço escolar formador de cidadãos participativos, que conta com educadores que investem em diferentes relações sociais, promovendo a autonomia dos sujeitos, torna-se um espaço onde se pratica a democracia.

Em “O Conselho de Escola, a Associação de Pais e Mestres e o Grêmio Estudantil como espaços de exercício de cidadania participativa” Ângela Antunes indica que a iniciativa do governo federal, construída pelo presidente Lula desde 2003, ao ampliar e valorizar “(...) a participação dos conselhos e das conferências na elaboração, formulação e gestão de políticas públicas (...)”, concretizou uma Política Nacional de Participação Social com o objetivo de “(...) articular as políticas de participação social, integrando conselhos, conferências, fóruns, ouvidorias, audiências e consultas públicas e órgãos colegiados, facilitando a participação de organizações e movimentos sociais.”

Para a autora, a esse movimento nacional devem estar conectadas as ações que promovem exercícios de participação e a democracia na escola. A gestão escolar, em suas palavras, é democrática quando promove uma construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, com a participação dos pais, alunos, funcionários,

professores e toda a comunidade; quando estabelece relação entre os desafios enfrentados no cotidiano da escola e as lutas pela qualidade da educação; quando discute a concepção e desenvolvimento do currículo e quando não dissocia as dimensões administrativa, financeira e pedagógica.

A partir do conceito freiriano de *Leitura do Mundo*, Antunes indica que “(...) o conhecimento do contexto do educando, das suas condições de vida, das suas expectativas pode contribuir (...) para a (re)definição do currículo, do Projeto Político Pedagógico e das práticas educacionais (...)” Nas palavras da autora, a *Leitura do Mundo* possibilita que a escola assuma seu papel de articuladora e mediadora de um processo de construção de conhecimento que servirá à transformação social. E aponta que a luta pela democratização da escola pública tem como principais resultados os Conselhos de Escola e os Grêmios Estudantis.

Um exemplo de experiência de participação popular e controle social do Estado nas questões da Educação é apresentado em “Cidadania no Brasil e a (falta de) Participação e Controle Social: o caso do Conselho do FUNDEF na fiscalização dos recursos destinados à educação” por Daniel Arias Vazquez.

Avaliando a experiência da introdução do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF, o autor denuncia que este canal institucional de participação, com maioria de representantes não governamentais, pode ser facilmente distorcido pela inadequação na escolha desses representantes.

Vazquez também indica ações que se ocupam de uma educação política para a cidadania e destaca o papel das escolas no processo de formação para a participação popular e para a cidadania. Apresenta o percurso de concessões de direitos e construção de cidadania no Brasil, bem como o caso da participação popular e controle social do FUNDEF como exemplo de exercício de cidadania na relação com a política pública. Vazquez reafirma ainda a importância dos Conselhos Escolares como canais de participação, da construção coletiva do Projeto Pedagógico e das formas coletivas e democráticas de tomada de decisão como instrumentos para uma educação política que visa à cidadania.

A publicação na Revista *Parlamento e Sociedade* dos artigos escritos a partir dos conteúdos das aulas ministradas no curso Educação e Cidadania encerra um esforço, mas também inaugura uma ação de destacada importância, sob a responsabilidade do Poder Executivo e Legislativo: mais do que divulgar e ampliar o acesso às pautas discutidas temos aqui um empreendimento de formação, capacitação e promoção para a cidadania participativa.

É com entusiasmo que convidamos todos os educadores para esse diálogo e reflexão.